

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, **cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de marmitas prontas, incluindo preparo, transporte e entrega, destinadas aos usuários dos serviços do Departamento de Proteção Social Especial, especificamente para a CASA DE APOIO SOCIAL e CENTRO POP.**

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
João Vitor Moreira Samarão	Agente em atividades administrativas	2604001	executivosas@itajai.sc.gov.br
Roseli Tondorf Cesconetto	Diretora do Departamento de Proteção Social Especial	2689001	roseli.cesconetto@itajai.sc.gov.br
Aline da Silva Conceição	Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro	2689101	aline.conceicao@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A CASA DE APOIO SOCIAL e, excepcionalmente em situações de calamidade pública o CENTRO POP, ambos equipamentos integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, atendem um grande número de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade e fornecem refeições aos usuários de seus serviços.

Considerando que esses locais atendem indivíduos em situação de rua, em trânsito ou sem rede de apoio família, com insegurança alimentar e em vulnerabilidade social. A disponibilização regular de alimentação adequada e segura é essencial para garantir a dignidade, a proteção social, pois a ausência do fornecimento de refeições compromete o funcionamento pleno dos referidos equipamentos públicos, afetando diretamente a capacidade de atendimento da população-alvo.

As marmitas a serem adquiridas são a forma com a qual se garante a alimentação destas pessoas e sua melhor acomodação no referido equipamento em que se encontram.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não há previsão do objeto no Plano Anual de Contratações.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando que o objeto contempla mais de uma etapa, tem-se como requisitos:

- Preparo das Marmitas:

As marmitas devem ser preparadas conforme normas da ANVISA para manipulação de alimentos. Os ingredientes devem ser frescos, de qualidade, e adequados para uma dieta balanceada. O cardápio deverá contemplar refeições nutritivas, que atendam às necessidades básicas dos usuários, podendo incluir opções vegetarianas e restrições alimentares específicas quando indicadas. A empresa deve apresentar o cardápio mensal para aprovação prévia da contratante. Utilizar embalagens seguras, que conservem a temperatura e qualidade dos alimentos, e que sejam descartáveis ou retornáveis conforme orientação da contratante.

- Transporte e Entrega:

O transporte deve garantir a manutenção da temperatura adequada dos alimentos, evitando contaminação e deterioração. Os veículos devem ser higienizados regularmente e exclusivamente destinados ao transporte de alimentos. A entrega deve ser realizada nos locais indicados (CASA DE APOIO SOCIAL e CENTRO POP) no prazo e horários previamente acordados.

A entrega das marmitas deverá ocorrer em local e horário específicos, de acordo com as orientações e solicitações do **fiscal técnico**.

- Requisitos Técnicos e Legais:

A empresa deve possuir registro ativo junto aos órgãos competentes (Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, entre outros). Comprovar experiência mínima em fornecimento de refeições coletivas. Possuir equipe qualificada para manipulação e transporte dos alimentos. Cumprir todas as normas de segurança alimentar e higiene previstas pela legislação vigente.

- Condições Comerciais:

Disponibilizar amostras para avaliação antes do fornecimento. Flexibilidade para ajustes de cardápio e quantidade conforme demanda. Garantia de substituição imediata em caso de falhas na entrega ou qualidade do produto.

- Responsabilidades da Contratada:

Garantir a qualidade, segurança e pontualidade no serviço. Manter comunicação constante com a contratante para ajustes e feedback. Responsabilizar-se por eventuais danos causados por falhas no serviço

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com

outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente contratação possui o quantitativo de 25.000,00 (vinte e cinco) marmitas. O quantitativo considera o histórico de demandas registradas no exercício do ano de 2023, período em que o município enfrentou situações de calamidade pública e emergências sociais que demandaram fornecimento imediato de alimentação à população de forma geral. Nessas ocasiões, verificou-se a necessidade de disponibilizar grande volume de refeições prontas, de forma rápida e contínua, para garantir o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade (mesmo que se encontrem em vulnerabilidade apenas naquela situação específica de calamidade).

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Objetivo:

Realizar um levantamento do mercado fornecedor para identificar, analisar e comparar empresas que prestam serviços de preparo, transporte e entrega de marmitas, visando subsidiar a contratação que atenda aos requisitos do Departamento de Proteção Social Especial (CASA DE APOIO SOCIAL e CENTRO POP).

- Metodologia:

Pesquisa online em sites, portais públicos, outros municípios em alimentação coletiva. Consulta aos portais públicos, contratos de outros órgãos públicos, contato telefônico e por e-mail com empresas do setor. Solicitação de orçamentos e informações sobre serviços. Avaliação da reputação e experiência das empresas pesquisadas.

- Critérios de Análise:

Capacidade operacional, volume de refeições que a empresa pode fornecer. Experiência: tempo de atuação e histórico com serviços similares. Conformidade legal: registro na vigilância sanitária, certificados de boas práticas, licenças e alvarás.

- Qualidade do serviço:

Cardápio ofertado, flexibilidade, atendimento às normas nutricionais e sanitárias.

- Preço:

Valores cobrados por unidade e condições comerciais.

- Entrega:

Entrega no local indicado (CASA DE APOIO SOCIAL e CENTRO POP). Garantia de pontualidade e confirmação das entregas realizadas. Flexibilidade para eventuais ajustes de horários e quantidades.

A entrega das marmitas deverá ocorrer em local e horário específicos, de acordo com as orientações e solicitações do **fiscal técnico**.

Diante dos critérios, têm-se as seguintes possibilidades:

- **Preparo das marmitas pelo próprio órgão requisitante:** tal opção encara alguns empecilhos para ser devidamente realizada, como a necessidade de aquisição de materiais para preparo das marmitas, as embalagens, os gêneros alimentícios, bem como mão de obra qualificada e espaços adequados para o preparo.

- **Contratação de empresa para fornecimento** de marmitas prontas, incluindo preparo, transporte e entrega, destinadas aos usuários dos serviços do Departamento de Proteção Social Especial, especificamente para a CASA DE APOIO SOCIAL e CENTRO POP, através de processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica: tal opção se faz como adequada pela praticidade na aquisição, na individualização das porções, além de melhor se enquadrar para a necessidade da secretaria, a qual irá requisitar à futura contratada a entrega das marmitas quando convir.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Conforme pesquisa de preços, o valor estimado da contratação é de **R\$ 541.250,00 (quinhentos e quarenta e um mil e duzentos e cinquenta reais)**

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições prontas, tipo marmita individual, destinadas ao atendimento dos usuários da Casa de Apoio Social e do Centro POP, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

Optou-se por essa forma de fornecimento por apresentar melhor relação custo-benefício para a Administração, considerando-se que: permite maior praticidade logística e sanitária, com transporte facilitado e porções individualizadas, assegurando a adequada conservação e distribuição dos alimentos; reduz custos operacionais e encargos decorrentes de eventual contratação de mão de obra própria para preparo das refeições; garante maior controle de qualidade e padronização das porções, atendendo às exigências nutricionais e sanitárias aplicáveis; e viabiliza o atendimento contínuo e regular das demandas das unidades socioassistenciais, com flexibilidade para ajustes de quantidade conforme a necessidade real.

A contratação será realizada mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo menor preço por unidade de refeição, assegurando ampla competitividade e observância dos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente contratação não será parcelada, uma vez que o objeto é indivisível em sua natureza, consistindo no fornecimento de refeições prontas tipo marmita individual, em padrão uniforme de preparo, acondicionamento e entrega, conforme as especificações constantes no Termo de Referência. O parcelamento em lotes não se mostra viável nem vantajoso, pois poderia comprometer a padronização da alimentação fornecida, dificultar o controle sanitário e nutricional e elevar os custos operacionais decorrentes

da gestão de múltiplos fornecedores. Quanto à execução contratual, as entregas das marmitas serão fracionadas conforme a demanda da Secretaria solicitante, variando de acordo com o fluxo de atendimentos na Casa de Apoio Social e com a eventual necessidade de refeições no Centro POP, especialmente em situações excepcionais de abrigo temporário ou calamidade pública. Dessa forma, a opção por um único item, com entregas fracionadas conforme necessidade, assegura economicidade, eficiência logística e melhor controle da execução contratual

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há quaisquer contratações correlatas ou independentes.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente contratação tem como objetivo assegurar o fornecimento de refeições prontas, tipo marmita individual, destinadas aos usuários da Casa de Apoio Social e do Centro POP, garantindo alimentação adequada, segura e de qualidade às pessoas em situação de vulnerabilidade social e em casos excepcionais de abrigo por calamidade pública.

Em termos de economicidade, a contratação demonstra-se mais vantajosa que a manutenção de estrutura própria de preparo de refeições, pois: reduz custos fixos e indiretos, como aquisição de insumos alimentares, gás, energia, utensílios, equipamentos e manutenção de cozinha; elimina despesas com contratação de pessoal específico (cozinheiros, auxiliares e manipuladores de alimentos), diminuindo encargos trabalhistas e previdenciários; e viabiliza o pagamento apenas pelas refeições efetivamente fornecidas, evitando desperdício e assegurando melhor controle orçamentário.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos e materiais, a solução permite que as equipes internas da Secretaria se concentrem em suas atividades-fim, relacionadas à assistência e acompanhamento social dos usuários, sem desvio de função para tarefas de preparo e distribuição de alimentos.

Assim, a contratação contribui para a eficiência operacional, a racionalização de custos e a prestação contínua e de qualidade dos serviços socioassistenciais, atendendo plenamente aos princípios da economicidade e da eficiência.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O fornecimento das marmitas deverá ser executado conforme as solicitações da secretaria, a partir da emissão da respectiva ordem de serviço.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os resíduos decorrentes do consumo das marmitas devem ser devidamente segregados, separando o material não reciclável das embalagens recicláveis.

14. Tratamento favorecido para ME/EPP/EQUIPARADAS:

Em conformidade com a Lei Municipal nº 7.785/2025, a referida contratação terá tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual (MEI) e sociedades cooperativas de consumo.

14.1. Margem de preferência para algum item:

Não há margem de preferência, uma vez que a presente licitação possui um único lote cujo valor extrapola o valor possível de receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, MEI e demais modalidades.

15. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
João Vitor Moreira Samarão Matrícula: 2604001 Itajaí, 22 de abril de 2026	Aline da Silva Conceição Matrícula: 2689101 Itajaí, 22 de abril de 2026	Roseli Tondorf Cesconetto Matrícula: 2689001 Itajaí, 22 de abril de 2026

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.

Itajaí/SC, 22 de abril de 2026.

ANDRÉ LEONARDO SEVERINO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA